



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 002/2022

PROCESSO Nº. 3856/2022

VOLMAR HELMUT KUHN, Prefeito Municipal de Tapera, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação vigente e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **8 horas do dia 02 do mês de dezembro de 2022**, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, localizada nas dependências do Centro Administrativo “João Baptista Crestani”, sito à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 965, Bairro Progresso, na cidade de Tapera - RS, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 335/2022, se reunirá com a finalidade de receber propostas de empresa para **CONCESSÃO COM ÔNUS, DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA RESTAURANTE E LANCHERIA, COM DOIS PAVIMENTOS - QUIOSQUE DA PRAÇA DR. AVELINO STEFFENS**, do tipo **maior oferta**.

1 OBJETO

1.1 A presente licitação destina-se a receber propostas para a concessão com ônus, do uso do espaço público para restaurante e lancheria, com dois pavimentos do Quiosque da Praça Dr. Avelino Steffens, reservado ao atendimento do público em geral, vedado a utilização exclusiva para tele-entrega.

1.2 Para empresa vencedora caberá, obrigatoriamente:

A. Implementar num prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do instrumento público de concessão de uso, com despesas exclusivas ao licitante vencedor, as seguintes obras no local:

A.1 Promover a retirada das paredes existentes no espaço térreo do quiosque, deixando o mesmo na condição prevista no memorial descritivo e projeto anexo;

A.2 Realizar o acabamento nas paredes internas, providenciando a substituição do revestimento cerâmico existente na parte interna, parede e piso, por novos revestimentos especificados no memorial descritivo e projeto anexo;

A.3 Promover a revisão e substituição, se necessário, de toda a parte elétrica interna e externa do quiosque, com troca das tomadas e interruptores, adequando-se a



norma ABNT NBR 14136, devendo evitar o uso de canaletas externas para passagem de fio.

A.4 Realizar a substituição de todos os refletores da parte superior do quiosque, acoplados ao longo do arco da lona, por refletores de LED de no mínimo 50 Whats;

A.5 Promover a pintura da parte interna e externa do quiosque com tinta acrílica de primeira linha, efetuando os reparos necessários nos rebocos e fissuras (antes da pintura), obedecendo ao esquema de cores externas previstos no memorial descritivo;

A.6 Realizar a otimização do sistema de exaustor da cozinha existente, utilizando equipamentos com filtro, sugador mecânico e coletor de gordura, afim de otimizar o sistema de extração de odores, vapores e gordura gerada no processo de cozimento. Ainda, direcionar o fluxo para área externa, conforme modelo e projeto de local de instalação anexo;

A.7 Promover o fechamento da parte superior, segundo pavimento do quiosque, com vidros, estrutura em alumínio e ferro, de acordo com o projeto e memorial descritivo em anexo, para ampliar a utilização dos espaços do quiosque em todo e qualquer clima;

A.8 Dispor de mesas e cadeiras padronizadas, tanto na área externa inferior quanto na parte superior do quiosque, dispondo sempre de no mínimo 12 (doze) mesas com respectivas cadeiras na parte inferior e 8 (oito) mesas com respectivas cadeiras na parte superior;

A.9 Providenciar a iluminação da área interna da parte superior do quiosque, que será fechada com vidro;

A.10 Mobiliar e equipar a lancheria/restaurante, com móveis e utensílios, para utilização nos serviços. Equipamentos estes de propriedade exclusiva do licitante;

A.11 Adquirir todo o material destinado ao abastecimento e estoque da lancheria/restaurante;

A.12 Zelar pela manutenção e conservação do quiosque, acessórios e equipamentos que lhe foram cedidos, e demais dependências, correndo por conta do licitante vencedor a mão de obra e materiais necessários para os consertos necessários durante a vigência do contrato;



A.13 Utilizar somente as imediações do quiosque, limitado aos passeios públicos internos e externos, conforme mapa da área de intervenção anexo, sendo vedada a utilização fora dos limites delimitados;

A.14 Se responsabilizar pelo pagamento dos tributos municipais e estaduais incidentes sobre as atividades a serem exploradas, inclusive os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de seus colaboradores;

A.15 Abster-se de efetuar qualquer alteração, acréscimo ou reforma no quiosque ou em suas dependências, sem prévio e expresso consentimento da Administração Municipal;

A.16 Na vigência do contrato, o vencedor deverá proceder a pequenos reparos e consertos em instalações elétricas, trocas de lâmpadas e hidrossanitários, sendo que os materiais e mão de obra necessária serão de sua exclusiva responsabilidade;

A.17 Manter permanentemente a limpeza e conservação do quiosque e suas adjacências (área ocupada pelo estabelecimento);

A.18 Promover a limpeza do toldo/lona do quiosque anualmente;

A.19 Manter em pleno funcionamento a lancheria/restaurante em todos os meses do ano, pelo menos 6 (seis) dias por semana, obrigatoriamente: sextas-feiras, sábados e domingos. Ainda, também, sempre que houver eventos ou outras atividades realizadas junto a praça Dr. Avelino Steffens;

A.20 Nos dias de funcionamento deverá permanecer aberto no mínimo 6 (seis) horas ao dia, preferencialmente nos períodos da tarde e noite;

A.21 A empresa vencedora poderá dispor de som ambiente ou som ao vivo em volume compatível com as regras previstas no Código de Postura Municipal;

A.22 As dependências do quiosque não poderão ser cedidas para aluguel ou festas de particulares;

A.23 O vencedor da licitação deverá identificar o nome de seu estabelecimento por meio de placa ou outdoor que não prejudique a estética do prédio, sendo vedada a colocação de outdoor ou placas na área externa, de propagandas de marcas ou produtos que comercialize.

A.24 É vedado ao licitante vencedor, sublocar o quiosque ou de alguma forma permitir modificação na íntegra do quadro societário da empresa vencedora, com intuito de venda dos direitos relativos ao aqui adjudicado.



A.25 Deverá ainda o licitante promover ligação de energia elétrica em seu nome junto a concessionária.

A.26 Posterior a construção dos banheiros na parte superior, estes serão responsabilidade de limpeza e manutenção ao licitante.

1.3 Para o Município caberá, obrigatoriamente:

B. Ao Município caberá promover a execução das seguintes obras e serviços:

B.1 O Município será responsável pela ampliação dos banheiros públicos existentes no quiosque, conforme projeto em anexo.

B.2 O Município realizará obra para construção de dois banheiros e um lavabo no pavimento superior do quiosque, no espaço onde hoje se encontra a rampa de acessibilidade e a cobertura dos banheiros existentes, sendo que a rampa será modificada para a parte externa, afim de melhorar a acessibilidade, conforme projeto em anexo.

B.3 O órgão público é o responsável pela limpeza dos banheiros públicos do quiosque exclusivamente no pavimento térreo, e disponibilização de materiais necessários ao procedimento.

B.4 O Município terá acesso ao quiosque na parte interna e externa, sempre que precisar promover vistorias, afim de verificar o fiel cumprimento da concessão.

1.4 Outras disposições

C. Será declarada vencedora, a empresa que, além de cumprir os requisitos constantes neste Edital, pagar o maior valor mensal em forma de aluguel;

C.1 Antes de tomar posse do imóvel, será realizada uma vistoria com a presença de representante da empresa vencedora e de representante da Administração Municipal, sendo elaborado um termo de vistoria;

C.2 O vencedor da licitação, nos primeiros 36 (trinta e seis) meses seguintes a assinatura do contrato público, terá um desconto de 60% (sessenta por cento) no valor do aluguel mensal em que restar vencedor, frente aos investimentos que terá de implementar (item 1.2) no prazo previsto na 'alínea A'.

C.3 O primeiro mês de locação após a assinatura do instrumento público não será cobrado do licitante, dado ser necessário implementar obras para poder iniciar o atendimento ao público.



C.4 As obras que forem executadas no quiosque pelo licitante, decorrentes de obrigação e, outras eventualmente autorizadas pelo poder público, aderem ao imóvel, não tendo o licitante qualquer direito a indenização.

C.5 O contrato público poderá ser aditivado até o limite de 60 (sessenta) meses em virtude do estabelecido na Lei nº 8.666/93 (art. 57, inciso II), lei optada ao presente procedimento. Em caso de rescisão contratual deverão ser retirados do quiosque, os utensílios e equipamentos de propriedade da empresa contratada.

2. DA HABILITAÇÃO

2.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar no **envelope n.º 01**:

2.1.1 Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº. 4.358-02.

2.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial no caso de empresa individual;

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3 REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);



c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

2.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração com indicação dos recursos materiais e humanos de que dispõe para a execução dos serviços licitados.

2.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor**. As certidões que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame.

b) **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis**, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos) que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os mesmos deverão estar assinados pelo Contabilista (habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas.



Observação 1 – As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes do SIMPLES também estão obrigadas a apresentar o balanço patrimonial (Parecer 64/2000 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul);

Observação 2 - No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão, impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida (e somente para esta hipótese) a apresentação do balancete do mês imediatamente anterior ao da realização da licitação (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Rio de Janeiro. AIDE. 4º edição. P. 202 / Delegações de Prefeituras Municipais. Licitação Pública – Módulo I – Básico. Porto Alegre. Jan.2006. P.40).

Observação 3 – Para situações diversas da exposta na observação anterior, é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação 4 - Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia autenticada ou original do Diário Oficial, em que foi publicado o último balanço.

Observação 5 - A análise da boa situação financeira da empresa far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados, os quais deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa, assinados pelo Contabilista (habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa:

AD

$$LC = \frac{AC}{PC}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}, \text{ igual ou superior a } 1,0$$

Legenda:



LC= Liquidez Corrente **ARLP** = Ativo Realizável a Longo Prazo

AC= Ativo Circulante **PELP** = Passivo Exigível a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante **LG**= Liquidez Geral

SG= Solidez Geral **AT**= Ativo Total

2.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 4.3, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 8.1.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

2.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

2.2.3 O benefício de que trata o item 7.16 não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 17, deste edital.

2.3 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

2.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, prova de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste Edital.



2.5 A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.6 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.7 O prazo de que trata o item 2.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.8 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.9 Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.5, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 2.1.3 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (*internet*) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.10 Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA DE TAPERA
Cidade Cultura

AO MUNICÍPIO DE TAPERA - RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2022
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE TAPERA - RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2022
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

4 DA PROPOSTA

O envelope nº. 02 deverá conter:

a) proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução do serviço objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

Observação 1: O prazo de validade da proposta é de 60 dias a contar da data aprazada para sua entrega.

Observação 2: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5 DO JULGAMENTO

5.1 Esta licitação é do tipo *maior preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração a maior oferta.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.



6 CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao 'item 2.2', deste Edital.

6.1.2 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior valor.

6.1.3 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.2 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de maior valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta por escrito, inferior àquela considerada, até então, de maior preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, superior à de maior preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte, que se enquadrarem na hipótese do 'item 2.2' deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3 Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências do 'item 6.2' deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de maior valor.

6.4 O disposto nos 'itens 6.1 a 6.3', deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de maior valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.5 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.



7 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

7.1 Somente serão aceitas as propostas cujo valor mensal de aluguel **não** seja inferior a **R\$ 3.030,00** (três mil e trinta reais) de aluguel mensal, não havendo diferencial de preço de inverno e verão, dada a obrigação de executar obras para aproveitamento do espaço o ano todo, independente de clima, sendo que a proposta vencedora será a que apresentar o maior valor global.

7.2 Serão desclassificadas propostas que se apresentarem em desconformidade com este Edital, bem como com preços unitários e/ou globais superestimados ou inexequíveis.

7.3 De acordo com 'item 1.4, alínea C.3', frente as benfeitorias a que o licitante terá de executar, terá direito a redução nos primeiros 36 (trinta e seis) meses de contrato, de 60% (sessenta por cento) do valor final do aluguel.

8 DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9 DOS PRAZOS

9.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o respectivo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado (01) uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3 Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração Municipal convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária



da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4 O prazo de vigência do contrato de locação será de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

10 DAS PENALIDADES

10.1 Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

10.2 Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

10.3 Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois anos).

10.4 No caso de descumprimento das obrigações assumidas relativos as obras a serem executadas e, do prazo previsto no 'item 1.2', além da rescisão do contrato, incorrerá o licitante em multa única no valor de R\$ 50.000,00.

Observação: as multas previstas nos 'itens 10.1, 10.2 e 10.3' serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O Município receberá da empresa vencedora, a título de aluguel até o 5º dia útil do mês subsequente, na tesouraria do Município os valores objeto deste contrato.

11.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

11.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.



12 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

12.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº. 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado.

12.2 O reajuste do valor da locação ocorrerá anualmente, deverá incidir conforme índice acumulado e variação do IPCA.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

13.2 Em caso de grandes eventos realizados pelo município o mesmo se reserva o direito de poder vender bebidas e alimentos junto a praça central.

13.3 Ao Prefeito, fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamação ou indenização.

13.4 Em caso de desistência do vencedor da presente licitação poderá o Município, a critério do Prefeito, aplicar qualquer uma das sanções previstas pelos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93.

13.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste Edital.

13.7 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

13.8 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a* e *b*, da Lei nº. 8.666/93).

13.9 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA DE TAPERA
Cidade Cultura

13.10 Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei nº. 8.666/93.

13.11 Ao Prefeito Municipal fica assegurado o direito de revogar a presente Licitação, sem que caiba aos Licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, desde que presente o interesse e a conveniência do Município.

13.12 Fica eleito o Foro da Comarca de Tapera/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

13.13 Informações serão prestadas aos interessados no horário da 7:30h às 17:15h, na Prefeitura Municipal de Tapera/RS, junto ao setor de compras, sito na Avenida Presidente Tancredo Neves, 965, bairro progresso, Tapera/RS, ou por e-mail: licitacoes@tapera.rs.gov.br ou, ainda, pelo fone nº. (54) 3385-3300.

Tapera/RS, 26 de outubro de 2022.

VOLMAR HELMUT KUHN
Prefeito Municipal